

Geografia e Planejamento

PEDRO PINCHAS GEIGER
Geógrafo do IBG

O avanço da Geografia como disciplina chamada a participar no planejamento se relaciona a dois movimentos de encontro: o progresso da economia espacial e o desenvolvimento da Geografia ativa.

Por um lado, o planejamento dedica importância cada vez maior aos aspectos espaciais da economia e reconhece na atual regionalização, um expressão do processo de desenvolvimento. O subdesenvolvimento passou a ser identificado entre outras coisas pela ausência de determinadas estruturas regionais. O planejamento passou a se interessar pela descrição das estruturas regionais existentes, bem como vê na organização de estruturas pré-concebidas uma forma de mover o desenvolvimento.

Escrevem JOHN FRIEDMANN e WILLIAM ALONSO na obra "Regional Development and Planing": "as atividades humanas são distribuídas pelo território nacional em certos ritmos e padrões que não são arbitrários, nem resultantes do acaso." Resultam das interdependências que dão forma ao espaço econômico. Os padrões espaciais mudam com as alterações na estrutura de demanda e da produção, no nível da tecnologia e na organização social e política da nação. O desenvolvimento econômico e social da nação se reflete nos padrões do povoamento; nos sistemas de fluxo e trocas das mercadorias, capitais e informações; nos padrões de prestação de serviços e migrações, bem como, na organização das áreas de influência dos centros urbanos. Se existe um padrão espacial correspondendo a cada estágio de desenvolvimento econômico, pode-se avançar a idéia de que exista uma estratégia "ótima" para transformações espaciais, de um estágio a outro. No período inicial do desenvolvimento, os retornos marginais aos fatores de produção diferem muito entre as regiões. Com o avanço econômico, as funções econômicas tornam-se mais diferenciadas no espaço e aumenta a escala relevante de muitas funções. Num estágio de desenvolvimento avançando, a economia nacional aparecerá numa plena hierarquia integrada de áreas funcionais, isto é, com a maioria da população e das atividades polarizadas a partir de áreas metropolitanas, e com efeito, apresentando-se em mercados nacionais para o trabalho, capitais e mercadorias.

Há dias tivemos oportunidade de caracterizar os atuais processos de regionalização como sendo uma expressão da modernização e do desenvolvimento. O conteúdo desta regionalização é a difusão pelo interior do país das formas de vida da civilização industrial, isto é, da tecnologia, dos modernos padrões de vida, da industrialização. Vale dizer, a maior valorização do potencial de recursos humanos e naturais que as diversas partes do país apresentam.

Embora possa estar apoiada na divisão territorial do trabalho, a moderna regionalização transcende este fenômeno quando se observa que a partir de uma especialização de produção, determinando território toma um desenvolvimento próprio como unidade dotada de certa autonomia; a intensificação das atividades de especialização, pode chamar outras atividades, voltadas a atender um mercado regional em crescimento. A chamada Zona Metalúrgica é exemplo de uma área caracterizada por uma especialização de produção, onde a mineração e a metalurgia são a base do desenvolvimento regional. Esta área tende, ou pelo menos aspira, a uma organização mais complexa, de verdadeira região

polarizada. Não houve propriamente um planejamento formal para a constituição da atual fisionomia regional em torno de Belo Horizonte, cujos limites nem coincidem mais com a extensão da antiga Zona Metalúrgica. Contudo, ela resulta de uma política consciente de regionalização, atendendo aos interesses sentidos pelo governo do Estado de Minas Gerais. Este procura atrair a localização de certas indústrias, participa do capital de algumas e organiza uma infra-estrutura que compreende rodovias e sistemas elétricos. O exemplo da região de Belo Horizonte representa um caso no qual, dentro do próprio território que necessita se desenvolver, forma-se a consciência de uma política de regionalização. A SUDENE já representa a implantação formal de um órgão de planejamento regional, superposto a diversos Estados da Federação, fruto de uma decisão de nível nacional.

Dêste modo, como a regionalização atual é tomada como um indicio de desenvolvimento, passa-se a estimulá-la quando ela não se apresenta espontaneamente. Uma das idéias aplicadas em planejamento é a de dirigir a regionalização, débil ou inexistente nas áreas mais arcaicas. Trata-se de estimular o processo através da criação ou do fortalecimento dos chamados "pólos de crescimento" e de políticas de isenções que favoreçam a localização de indústrias em determinadas regiões. Torna-se claro que quando o planejador tem diante de si determinado território por estudar, necessita verificar em que medida as condições daquela área apontam, como instrumento importante do desenvolvimento, o estímulo à concentração de investimentos numa estruturação de tipo polarizado, ou, em que medida é necessário apenas ampliar o aproveitamento dos recursos do território, mesmo com empreendimentos dispersos.

Assim, é provável que no Nordeste, onde já existem áreas de densa população, a criação de um pólo em Recife, para a melhor estruturação de relações internas, seja de importância fundamental, enquanto que na Amazônia, pouco habitada, onde o desenvolvimento deve apoiar-se muito mais no escoamento de produtos valorizados para mercados externos, seja mais indicado implantar empreendimentos, que embora nucleados podem ser dispersos na grande região, localizados, conforme as condições naturais a explorar.

O planejamento global dos países, que resulta do fato de que "as nações, nos últimos anos, identificam o desenvolvimento econômico como um objetivo explícito" não se pode apoiar apenas na macro-economia e prescindir do estudo da região ou do espaço. Se o desenvolvimento do país no seu conjunto influi na evolução regional, o desenvolvimento no interior de cada região vai influir no processo geral do país.

Afirmam os autores há pouco citados: "duas solicitações da política oficial em relação à organização espacial, podem ser reconhecidas. Onde o desenvolvimento econômico ocorre desigualmente pelo território nacional, as diferenças regionais, quanto ao nível de bem estar, podem se tornar uma questão política premente. E onde, o modo pelo qual o espaço econômico está organizado afeta o passo e a estrutura do crescimento econômico, a política nacional deve se voltar para estratégias da evolução espacial, para fazer avançar os objetivos do desenvolvimento geral da economia".

Nos países subdesenvolvidos reconhecem-se tipos de regiões e de problemas. Há o caso do crescimento extremamente rápido das "*áreas metropolitanas*", fenômeno ligado às primeiras fases de industrialização e que vai acentuar a macrocefalia urbana. Enormes problemas de organização de infra-estrutura de serviços e de equipamentos urbanos serão encontrados nestas cidades, cujo planejamento se torna indispensável para o bem estar da população e para o crescimento do poder polarizador da cidade.

No Brasil temos em torno de São Paulo o início de formação de uma região organizada, em moldes que se aproximam do padrão dos países desenvolvidos. Porém, mesmo lá os problemas urbanos são típicos dos países subdesenvolvidos. Nas regiões organizadas é o *planejamento físico* ou o *arrumamento do espaço* que ganham muitas vezes importância fundamental e a política de descentrali-

zação dos pólos de crescimento já congestionados leva à formação de novos núcleos, satélites industriais, residenciais e outros. A formação de cinturão verde pode ser previsto e os problemas do abastecimento das metrópoles podem servir de elo aos planejamentos diretamente interessados ao setor agrário.

A implantação das modernas rodovias serve muitas vezes ao esvaziamento da hinterlândia pelas grandes cidades sem capacidade de organização e que mais sugam do que irrigam a sua região.

No entanto, a formação de "*eixos de desenvolvimento*" ao longo de importantes vias de transporte, que partem dos pólos é outra característica comum aos países subdesenvolvidos. Estes eixos se constituem em outro tipo de região. Há os que tendem a unir os grandes pólos, como o vale do Paraíba entre o Rio de Janeiro e São Paulo, e aqueles que penetram pelas regiões agrárias mais desenvolvidas, como ao longo da E.F. Paulista, no Estado de São Paulo, a partir da área metropolitana paulistana. Faz-se mister a implantação de infra-estruturas para o desenvolvimento destes eixos.

Do mesmo modo, na região agrária relativamente desenvolvida e densa como a de São Paulo, já se faz sentir a necessidade da implantação de pólos de crescimento de dimensão média, para a atenuação da excessiva macrocefalia da capital e para a manutenção da evolução econômica.

A "região em depressão" pode ser exemplificada pelo Nordeste como um todo, o nível de macro-região, do mesmo modo que "*regiões ativas de especulação*", "*regiões pioneiras*" e "*regiões naturais*", são outros tantos tipos que apresentam problemas específicos de planejamento.

Enfim, o planejamento nos países subdesenvolvidos se vê em face da divisão profunda destes países, indicativo das características gerais de todo o processo econômico. Na verdade, que aborde certas questões que se apresentam, tais como integração nacional, seleção de regiões-programas, projeta a sua concepção geral do desenvolvimento.

De tudo que vem de ser dito, conclui-se da necessidade do estudo da organização regional do país. Este estudo tem que tomar em consideração os elementos materiais fixos, criados pelo homem, como as estradas, o uso da terra, e outros, e os elementos de fluxo, de capitais, mercadorias, comunicações e passageiros, de cuja interação resultam as estruturas espaciais: as regiões organizadas, os eixos de desenvolvimento, as regiões urbanas, as regiões de especulação, etc.

A compreensão de estrutura regional de um país, contudo, não se pode cingir a uma análise estática que forneça um instantâneo, espécie de raio-X do esqueleto regional do país. Será necessário apelar para a descrição dinâmica dos mecanismos que levam à estruturação regional, o que envolve o exame histórico do desenvolvimento regional e as tendências para o futuro. Neste exame entram em conta os recursos naturais e seu aproveitamento; o movimento da população, seu crescimento vegetativo e os balanços migratórios, suas características qualitativas; os objetivos da produção e a estrutura social formada; os balanços comerciais são de pagamentos inter-regionais que se estabelecem, etc. Neste contexto poderão ser compreendidos fenômenos como o das cidades que drenam suas regiões e não as irrigam; o das regiões agrárias relativamente prósperas, mas sem industrialização que consomem os produtos manufaturados do exterior; o das sociedades sem espírito empresarial etc.

Neste ponto, vamos falar do outro movimento, o que diz respeito à ciência geográfica, sentido entre nós principalmente através da geografia francesa à qual estamos mais ligados tradicionalmente. Após fase de abandono de monografias regionais, no pós-guerra, caracterizada pelo desenvolvimento dos chamados ramos sistemáticos da Geografia. Assistimos uma volta à geografia regional, porém já num plano superior.

Esta atitude resulta de verdadeira reformulação da geografia moderna, a que ela chegou, como consequência dos progressos recentes de seus ramos siste-

máticos, quando ganharam desenvolvimento a geografia econômica, a geografia das indústrias e a geografia urbana, notadamente. Esta última mostra a superposição, ou a identificação de seu estudo sistemático com o estudo regional, pela extrema relação existente entre rêsdes urbanas e regionalização. Este progresso conduziu a uma unificação da geografia sistemática e da geografia regional, numa concepção da geografia como uma ciência social, cujo objeto é o estudo da organização do espaço pelo homem. O que existe é uma geografia humana, que mobiliza os conhecimentos relativos ao mundo natural para o estudo de seu condicionamento na organização do espaço. Ao mesmo tempo, reconhece-se a autonomia de ciências que se originavam no seu bojo, como a geomorfologia, a hidrologia, a climatologia e outras. Por outro lado, a geografia moderna toma consciência de suas possibilidades prospectivas quando examina mais profundamente a organização do espaço e as forças atuantes.

Dêsse modo, na volta ao estudo regional, não se trata mais de examinar isoladamente unidades espaciais da superfície, como se fôssem fixas, geradas ou mantidas apenas pelas condições locais, pela natureza ou pelas atividades humanas tradicionais; nem o interêsse fundamental reside na simples descrição dos aspectos formais, originais, das relações do homem com o meio, como se estas fôssem imutáveis. Agora, a geometria se interessa, quando examina uma área, em ver a posição que ocupa na estrutura regional do conjunto do país, classificando-a como tipo de região ou espaço, cujas características resultam da superposição de processos gerais, amplos, a fatos locais. Conseqüentemente, enquanto no passado as monografias regionais procuravam de preferência as áreas tradicionais, onde fôsse mais direta a influência do meio natural, e focalizavam trechos cujos limites nem sempre correspondiam a verdadeiras regiões, atualmente a geografia se propõe a estudar sistematicamente a organização regional dos países e seu desenvolvimento. Daí o maior número de estudos de áreas metropolitanas, de regiões urbanas, de trechos industrializados e não mais a ênfase nos trechos menos desenvolvidos; daí, também, o desaparecimento dos planos clássicos para os estudos regionais que passam a variar segundo as características de cada região. O exame da região não se constitui simplesmente de descrições, na forma de um inventário de todos os elementos que ela contém (inclusive descrições etnográficas que eram encontradas nas antigas monografias regionais); êstes elementos entram no movimento da região segundo o grau que ocupam e pelo que valem para uma geografia ativa, isto é, prospectiva.

De tudo que acabamos de expor se conclui que, na medida que a geografia contribui para os estudos das formas e condições da regionalização, ela surge como disciplina diretamente integrada no planejamento. Isto, sem mencionar a contribuição que ela sempre dá como ciência do espaço, através de toda ordem de informações, que planejadores e profissionais de outras ciências, em geral, vão procurar.

Dêste modo, temos a distinguir o papel da geografia voluntária e de suas disciplinas afins, que, pelo acúmulo de materiais reúnem um acêrvo que serve de subsídios ao planejamento. No Brasil se consultarmos os trabalhos referentes a planejamento encontramos vasta bibliografia de documentos de geógrafos. Há a salientar aqui uma característica do trabalho geográfico inerente a seu caráter específico de ciência do espaço: a elaboração do conhecimento através da pesquisa de campo, com observação e análise direta das paisagens.

No entanto, o acúmulo de materiais pode ser desvantajoso ao planejador quando lhe obriga a um grande esforço de triagem. Além disso, a geografia voluntária nem sempre selecionou para explicar aquêles assuntos que maior interêsse despertam ao planejamento.

Resulta, pois, que a geografia pode ser chamada a participar deliberadamente no planejamento e em circunstâncias variadas.

1.º) Trata-se de um programa setorial, ou de um problema específico, como de erosão (Olinda em Recife), enchentes, ou então, de um planejamento localizado (como o plano diretor de uma cidade).

No caso de um problema específico como de erosão, enchentes, ou outro de base física, se necessitará de um especialista das ciências autônomas do sistema geográfico, um geomorfólogo, ou um hidrólogo, ou um fitogeógrafo. Eventualmente, será importante ou não que ele também seja um geógrafo propriamente dito.

No caso de um problema setorial, o verdadeiro geógrafo se incumbirá sempre de colocá-lo no contexto da situação regional e com isto enriquecerá sua análise. A sua experiência baseada numa ciência que define o espaço como resultado de combinações de fenômenos de natureza diversa e que o compara com as outras partes do Globo, lhe valerão para apontar uma infinidade de facetas que escapam a outros cientistas.

O mesmo se aplica no caso de planejamentos locais, como no de planos urbanos. O geógrafo não consegue ver a cidade apenas como uma forma de agrupamento, senão que esta forma se inter-relaciona com a sua essência de centro de atividades e relações.

2.º) Trata-se de um plano global que visa o conjunto do território nacional ou de uma determinada região, isto é o planejamento como sinônimo de desenvolvimento.

No primeiro caso, o geógrafo deverá ser, como diz BERNARD KAYSER, o filósofo do espaço nacional, definindo sua organização, apresentando os diversos tipos de regiões e explicando-a em função dos processos cujo mecanismos serão fornecidos pelas outras ciências sociais; o estudo de cada região se segue em profundidade maior ou menor, conforme os objetivos do planejamento. O próprio planejamento nacional, a nível federal, pode prever o desenvolvimento de planejamentos de regiões em escalões administrativos inferiores.

No planejamento das regiões o geógrafo aplica, em primeiro lugar, a sua metodologia para a composição de um diagnóstico.

Diz o Prof. BERNARD KAYSER que o geógrafo participa do planejamento segundo três éticas:

- a — o meio;
- b — a localização;
- c — a situação.

Ao tratar do espaço regional, o geógrafo costuma estudar o “meio” no qual o grupo humano evolui, considerando-se como tal o exame das condições naturais e históricas. Trata-se de bagagem de geografia física e da história que o geógrafo faz. A história da geografia é distinta da história. A nossa é a do espaço, que vai, por exemplo, relacionar o desenvolvimento de indústria do couro localizada em Nova Hamburgo com a tradição de determinados imigrantes alemães; ou a forma de lotes, na área de Londrina com a ação de uma companhia de terras.

O geógrafo localiza as diversas combinações geográficas, a sua extensão e distribuição, expressando a organização do espaço e chega mesmo a ser confundido com o cartógrafo.

A noção de combinação significa que o fato geográfico resulta da combinação de fenômenos de natureza diversa. Por exemplo, que um pântano resulta da combinação de fenômenos físicos e biológicos; que determinado quadro agrário resulta da combinação de fenômenos jurídicos (a propriedade) técnicos (o sistema agrícola), físicos (o solo), biológicos (os cultivos ou criação), etc.

O estudo da situação transcende o das combinações, pois pressupõe uma apreciação do balanço da ação das forças interdependentes e convergentes — sociais, econômicas, políticas, históricas, naturais, que irão influir nas formas do homem utilizar o espaço. O estudo da situação vai definir como os processos econômicos mais recentes se envolveram em cada área com as condições pré-existentes; a intensidade dos processos variará de trecho a trecho, inclusive pelas resistências oferecidas pelas estruturas pré-existentes, do que resultará com maior ou menor vigor, as antigas linhas tradicionais, ou, que estas sejam completa-

mente submersas por nova organização. Assim, quando se estuda a área de São Luís, o exame das formas de utilização do espaço mostrará entre outras coisas: a incapacidade de se ter organizado um pôrto moderno sem a intervenção recente do processo federal; a manutenção das formas tradicionais de comunicações por veleiros entre a capital e a área de influência vizinha; a manutenção maciça das velhas construções no centro da cidade, etc. Atualmente há interesse em preservar as velhas construções do centro de São Luís, pela maior conscientização do valor do patrimônio histórico e artístico. Esta consciência passa a ser uma nova força que vai influir na situação de São Luís em construção que poderá ver, amanhã, a formação de um segundo centro, junto ao pôrto de Itaqui, uma vez que seja impedida a remodelação do centro velho. No entanto, esta probabilidade depende das forças de expansão econômica que o pôrto possa despertar e que levem à ampliação das atividades de centralidade. De qualquer modo, no momento atual, a situação de São Luís apresenta a extensão considerável do setor tradicional de economia; o comércio de mercadorias colocadas nas calçadas, mesmo nas ruas do centro, indica o tipo de população que contém, e o papel reduzido do setor moderno e de classes médias. A “situação” irá definir, pois, a forma de convergência de cada região ou de cada fato geográfico, suas forças potenciais, tendências dinâmicas freios ou pontos de estrangulamento e forças de expansão.

Alguns trabalhos geográficos se dedicam a aspectos do “meio” ou da “localização”, por exemplo, estudos geomorfológicos, ou climáticos, de localização industrial ou de jazidas minerais. Tais trabalhos podem servir de documentos para o planejamento e alcançar eventualmente grande valia em planejamentos setoriais ou físicos. No entanto, os estudos propriamente geográficos devem dar ênfase ao exame das “situações” e ao fazê-lo, abordam também, objetivamente, o “meio” e as “localizações”. Estes trabalhos terão valor mais profundo para o planejamento.

Ao convocarem a geografia para o planejamento, os responsáveis pelo mesmo já demonstram considerar nossa disciplina importante, mas é comum a subestimarem, e demonstrarem um desconhecimento de seu conteúdo completo. Isto se traduz numa atitude que é a de pedir à geografia que apenas participe através da descrição do “meio”, isto é, que forneça informações sobre as condições naturais, ou de trabalhos de “localização”, em geral cartogramas. Na verdade, assim atuando, o planejador quer apenas o geógrafo como mão-de-obra, que aplique o método geográfico, que afinal é utilizado por outras ciências e não o trabalho geográfico. Desconhece-se seu lado fecundo de descrever “situações”, ou então, se atribui esta atividade a uma pretensão do geógrafo em querer substituir outros especialistas. Isto não passa de uma incompreensão, tanto em relação ao trabalho do geógrafo, como ao de outros especialistas.

Na verdade se o estudo da “situação” feito pelo geógrafo leva-o à diagnose, isto significa que ele tem algo a dizer a respeito. Contudo somente a ótica geográfica não será suficiente para que a diagnose seja completa. Por outro lado, se ao tratar da “situação” a geografia apresenta áreas de superposição a outras ciências, não é menos verdade que outras ciências apresentam áreas de superposição à geografia. Mas isto não deve ser caso de preocupação, pois estas superposições são necessárias, como no caso das fotografias aéreas. Na verdade, a existência de diversas ciências sociais, e não de apenas uma, é decorrência apenas da necessidade de divisão do trabalho.

A apreensão completa de uma situação é por demais complexa, principalmente, quanto mais complexa for a região, e não há porque não atingi-la através da cooperação interdisciplinar.

Se o geógrafo perceber que existe incompreensão e que mesmo participando apenas no estudo do “meio” e da “localização” poderá se servir da oportunidade para esclarecer e conquistar posições, justificando a aceitação de tal tipo de trabalho.

Outra hipótese é de que é dada ao geógrafo a oportunidade de ele mesmo traçar a sua contribuição ao planejamento. O ideal seria pois a realização do trabalho segundo as três óticas mencionadas. No entanto, o comum no Brasil é que seja o prazo fixado relativamente curto, grande parte dele perdido em medidas burocráticas, e que o técnico descambe para os trabalhos de "localização", uma vez que os estudos mais complexos que exprimem a situação, exigem mais pesquisas cuidadosas que tomam mais tempo.

A experiência que o IBG vem vivendo pela sua participação no Plano Decenal junto ao EPEA é muito interessante. Inicialmente, a geografia traçou livremente o seu trabalho, limitado a uma análise de localizações que seriam fornecidas aos diversos setores do EPEA. Estes deveriam incluí-los nos seus estudos de diagnóstico. Acontece porém que, à medida que os técnicos do EPEA selecionavam os temas que deveriam constar dos seus diagnósticos e se fixavam em torno de certos aspectos preferenciais, estes nem sempre correspondiam aos que os geógrafos estavam preparando. Criaram-se muitas frustrações. Houve também deficiências de organização nas comunicações entre os geógrafos da DG e os técnicos do EPEA. Posteriormente, a geografia fixou uma divisão preliminar do Brasil em espaços homogêneos e polarizados, onde as áreas apareciam acompanhadas de algumas tabelas estatísticas e descrições curtas. Este trabalho foi extremamente valorizado.

Verificou-se pois que em vez de fornecer uma quantidade de elementos analíticos dos quais os outros técnicos nem sempre sabiam tirar o maior proveito, a geografia faria muito melhor se ela já os fornecesse comentados e reunidos em sínteses, numa tentativa de se aproximar da definição de situações. Vamos pois publicar sínteses sobre os quadros naturais do Brasil, sua população, a organização da infraestrutura e a presença de atividades terciárias não polarizadoras. Do mesmo modo uma síntese sobre a polarização.

Estamos empenhados em alguns estudos de fluxos de passageiros e mercadorias para que, somados aos conhecimentos relativos a aspectos de homogeneidade e de polarização, de serviços, seja tentada uma nova divisão regional do Brasil. Em seguida, prevemos a instituição pela Divisão de Geografia de preparo sistemático de monografias regionais nas quais seja paulatinamente acurado o estudo da "situação", através de pesquisas de campo e de gabinete.

Qual o limite da Geografia no planejamento e da responsabilidade do geógrafo?

Vimos que um bom trabalho geográfico pode atingir a diagnose, isto é, apontar os problemas sócio-econômicos de um espaço em relação ao desenvolvimento geral do país a que ele pertence. No entanto a sua compreensão plena resulta de um trabalho interdisciplinar.

É difícil separar os limites da diagnose e da prognose. Chamado a participar do planejamento, o geógrafo verá a continuidade de seu trabalho de pesquisa numa definição de região-programa por exemplo; numa escolha de pólos e de tipos de pólos de desenvolvimento, numa tentativa de reorganização de arcabouço urbano, etc. Para tanto o geógrafo deverá ter em conta a política geral ou a filosofia que está presidindo o planejamento, para orientação de seu trabalho.

Mais do que isso: o bom estudo regional de um país pode levar a geografia a contribuir à formulação dos problemas gerais do desenvolvimento nacional e influir na fixação das diretrizes da política econômica nacional e regional.

O geógrafo poderá indicar os problemas de grandes regiões ainda não ocupadas convenientemente como a Amazônia, onde se notam os inconvenientes de uma penetração nas formas tradicionais, difusa, com delapidação dos recursos de solo e vegetação. A fragilidade do efetivo populacional significa que lá o planejamento pode dar maior ênfase aos estudos dos recursos naturais e não às necessidades locais, e partir para a implantação de grandes empresas concentradas, em organizações modernas. Distinto será o caso das regiões densamente

povoadas como no Nordeste, onde os problemas são de reorganização do espaço, atendendo às necessidades de massas compactas que podem ser valorizadas. Lá a elevação do nível técnico da agricultura, a difusão de práticas de imigração, a criação de pólos de crescimento, não poderá ser substituído por simples medidas de emigração. E não o está sendo.

Em conclusão:

Realizado o estudo geográfico de uma área, o geógrafo sentirá o quanto atingiu no conhecimento daquela unidade; a validade de uma opinião sua sobre o que se pode fazer no planejamento, dependerá da profundidade alcançada e de sua capacidade intelectual geral, de seus conhecimentos da vida socio-econômica do país. O que não se deverá achar que, pelo fato de fazer geografia, está automaticamente habilitado a indicar de forma correta os caminhos da ação do planejamento, mas também não se deve pensar o contrário isto é, que pelo fato de ser geógrafo não pode opinar.

A participação do geógrafo diminui de expressão ou se anula nas fases de programação e de planos específicos. No entanto ela volta a se manifestar no exame das conseqüências e controle do planejamento. O trabalho do geógrafo é contínuo e o exame das transformações do espaço, inclusive sob os efeitos de planejamentos, confere-lhe um papel permanente, inclusive na conceituação do planejamento.

No Brasil há a ressaltar o significado regional profundo da sua organização política em estados federados que podem se utilizar de determinada força administrativa para atuarem sobre o território subordinado.

No momento atual, assiste-se à difusão das idéias do planejamento como alavanca de desenvolvimento à nível estadual, expressa na criação de Bancos Estaduais de Desenvolvimento, de Secretarias de Desenvolvimento e de outros órgãos administrativos com a mesma finalidade — Codepar, Sudema, etc. Verifica-se que para a concretização de seus objetivos, os Estados se defrontam com aquelas questões já apontadas: definição de pólos, integração de planos diretores de cidades em planos regionais, etc., enfim assuntos que exigem o conhecimento do território.

Torna-se pois de vital interesse que os organismos e técnicos dos Estados tomem conhecimento do trabalho realizado pelos geógrafos, em particular pelo IBG e que os geógrafos adquiram o sentido da geografia ativa para o benefício do desenvolvimento da própria ciência. Os geógrafos no entanto não devem apenas esperar que sejam chamados, mas organizar uma política de aplicação prática da geografia que só abrirá luzes sobre a própria pesquisa pura e desenvolvimento da metodologia.

Desta forma evita-se o risco do entrosamento limitado dos órgãos de planejamento com órgãos e profissões que também se voltam aos problemas de regionalização, mas sem a ética geográfica; também se faz valer o trabalho da geografia no interesse do desenvolvimento nacional.

O processo de desenvolvimento regional nas condições brasileiras apresenta a convergência de serviços de órgãos oficiais dedicados à atividades técnicas e de empresas particulares de planejamento. Assume, portanto, importância crescente o apoio prestado pelos técnicos e pelos dados dos órgãos oficiais, enquanto se amplia também o mercado de trabalho para diversas profissões das ciências naturais e sociais. Nada mais justo que os geógrafos estejam incluídos neste plano, no momento em que o trabalho de planejamento passa a sentir maior necessidade do conhecimento físico do território e dos processos de regionalização. Quanto mais atuantes forem os organismos geográficos junto aos órgãos oficiais de planejamento, tanto mais se expandirá a geografia nacional, abrindo perspectivas igualmente ao mercado de trabalho privado geográfico.